

ComunicARCE

Informativo da Arce

Arce orienta municípios na elaboração de seus planos de saneamento básico



Integrantes da Agência Reguladora do Estado do Ceará (Arce) participaram, no último dia 16 de janeiro, de reunião sobre a elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB). Os Planos são feitos a partir de parceria entre a Associação dos Municípios do Estado do Ceará (Aprece), a Arce, a Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece) e as cidades interessadas. Desta feita, são 31 municípios que ainda dependem do estudo e das orientações técnicas. O encontro aconteceu no auditório da Aprece que fica Rua Maria Tomásia, 230 - Aldeota. Pela Arce, estiveram o presidente do conselho diretor, Hélio Winston Leitão, e o analista de regulação da

coordenadoria de saneamento básico, Alceu Galvão.

Entre os muitos pontos discutidos, destacam-se as orientações gerais sobre os PMSB e o papel de cada órgão parceiro, além da abordagem sobre a necessidade de assinatura do termo de adesão e compromisso, por parte dos prefeitos. Conforme o analista de regulação Alceu Galvão, caberá à Arce fornecer a metodologia para feitura dos Planos, além do desenvolvimento e acompanhamento, verificando-se, é lógico, se tudo está de acordo com as diretrizes estabelecidas em lei. “Os planos municipais são um importante instrumento para direcionar os investimentos de cada município, além de ser condição vinculante para recebimento de recursos da União, a partir de dezembro de 2019”, adverte Galvão.

Dos 31 municípios que estavam agendados, compareceram Alcântaras, Ararendá, Baixio, Capistrano, Fortim, Groaíras, Guaramiranga, Pacoti, Pacujá, Palmácia, Porteiras, Reriutaba, Tejuçuoca, Tururu e Uruoca. Além desses, estavam programados e necessitam de orientação para elaboração dos referidos Planos, as cidades de Acarape, Arneiroz, Iracema, Itaiçaba, Itapiúna; Itatira, Jati, Miraíma, Moraújo, Penaforte, Pereiro, Potengi, Salitre, Umari, Umirim e Uruburetama.

Situação dos PMSB

Conforme o coordenador de saneamento da Arce, Geraldo Basílio, dos 151 municípios atendidos pela Cagece, com exceção de Fortaleza que é fiscalizada pela Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental (Acfor), 50 já concluíram seus planos e 57 planos encontram-se em andamento. Basílio informa, ainda, que “44 cidades não iniciaram seus planos, por estarem em fase de retomada do convênio com a Aprece (27 municípios) ou sem previsão de elaboração (17)”. A Lei Federal 11.445, de 5 de janeiro de 2007, torna obrigatória a elaboração de planos municipais de saneamento e estabelece penalidades para aqueles que não cumprirem, podendo, inclusive, tornar nulos os contratos de prestação de serviços de saneamento básico e restringir o acesso de recursos financeiros da União.